

Políticas Públicas Intersectoriais para o Bem-Estar Infantil na Favela do Morro da Kibon

Sobre este Policy Brief

Este policy brief é um documento técnico-sintético que apresenta evidências produzidas em pesquisa e as traduz em subsídios objetivos para a gestão pública. Seu objetivo é apoiar processos de tomada de decisão com base em dados, análises qualificadas e diagnósticos territorializados.

Ao reunir achados empíricos, identificar problemas estruturais e indicar implicações para políticas públicas, o policy brief busca reduzir a distância entre produção científica e ação governamental. Trata-se de um instrumento voltado à formulação, aprimoramento e monitoramento de políticas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

1. Identificação

Pesquisadora: Giovanna Kamin de Souza Kobashigawa

Título da pesquisa: *Políticas Públicas Intersectoriais para o Bem-Estar Infantil: percepções da favela do Morro da Kibon na região do ABC.*

Área da política pública relacionada: Saúde / Intersectorialidade

2. Problema

A pesquisa evidencia a insuficiência de políticas públicas intersectoriais voltadas ao bem-estar infantil no território do Morro da Kibon, especialmente aquelas que apoiem as famílias no cuidado cotidiano das crianças. A ausência de estratégias sistemáticas que promovam interações lúdicas entre cuidadores e crianças limita o desenvolvimento socioemocional infantil e fragiliza ações preventivas em saúde, ampliando vulnerabilidades em contextos de favela.

3. Evidências empíricas

1. **Fortalecimento da autonomia e da autoestima infantil:** crianças que buscaram apoio de seus responsáveis durante atividades lúdicas demonstraram maior confiança para resolver desafios, como jogos de quebra-cabeça.
2. **Promoção de vínculos familiares e bem-estar:** atividades realizadas em conjunto entre cuidadores e crianças, como jogos cooperativos, favoreceram momentos de conexão, redução de tensões e fortalecimento das relações familiares.

4. Implicações para a gestão pública

Os achados impactam diretamente:

- políticas de promoção da saúde da criança;
- ações de prevenção em saúde mental;
- políticas de assistência social e fortalecimento de vínculos;
- práticas de articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social no nível municipal.

A ausência de iniciativas regulares e de baixo custo voltadas ao cuidado relacional na infância limita a capacidade da gestão pública de promover desenvolvimento integral e prevenir agravos associados ao estresse familiar e às desigualdades territoriais.

5. Recomendações para a gestão municipal

1. Instituir atividades lúdicas intergeracionais de forma regular nos territórios.

Promover, em periodicidade mensal, atividades lúdicas e educativas que envolvam crianças e cuidadores, utilizando jogos cooperativos e de baixo custo como estratégia de fortalecimento de vínculos familiares.

2. Integrar ações de promoção do bem-estar infantil às políticas intersetoriais existentes.

Articular as áreas de saúde, assistência social e educação para incorporar atividades de interação familiar nas ações territoriais, potencializando impactos na redução do estresse, da ansiedade e na promoção da saúde infantil.

3. Utilizar equipamentos públicos e comunitários como espaços de cuidado relacional.

Aproveitar unidades de saúde, centros comunitários e equipamentos sociais como espaços de realização dessas atividades, ampliando o acesso das famílias e fortalecendo o vínculo com os serviços públicos.

6. Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

- Acesso a serviços sociais
- Condições de cuidado e suporte familiar
- Saúde

7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação